

JORNAL DO BRASIL

Aureliano pede união pela convocação da Assembleia Constituinte

1 JUN 1984

Brasília — O Presidente em exercício, Aureliano Chaves, defendeu ontem, em duas ocasiões, a união dos políticos pela aprovação da emenda Figueiredo. "Ela poderá não ser tudo o que se deseja, mas é seguramente melhor do que o *status quo*", disse aos formandos da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (SP), que o convidaram para paraninfar a turma.

Ao Deputado Gastone Righi (PTB-SP), que o procurou em nome do ex-Presidente Jânio Quadros, Aureliano indicou a emenda do Governo como o instrumento concreto para promover o entendimento político. Assinalou que, a partir de sua aprovação, poderá ser negociada a convocação de uma Assembleia Constituinte para 1986.

Desafio

Os universitários de Ribeirão Preto repetiram para o Presidente em exercício a frase com que ele foi recebido por eles, numa visita a São Paulo: "Qual é a sua, Aureliano?". Ontem, no gabinete no Palácio do Planalto, ele afirmou que a sua posição é a do entendimento, da conciliação:

— Se os brasileiros não forem capazes de se entender, a começar pelas suas lideranças políticas, será impossível consolidar a vida política deste país. Ninguém tem força isoladamente, nem o Presidente da República nem o Partido que o sustenta. E se isso não é possível ser feito isoladamente, há que ser feito associativamente, solidariamente.

Aureliano acrescentou que "não há por que as lideranças políticas responsáveis deste país deixarem de considerar esta reforma (a emenda Figueiredo) como sendo um ponto em torno do qual todos devemos tomar assento, para discutir e votá-la".

Hoje, no último dia como Presidente interino, ele concederá entrevista coletiva no Planalto, após a reunião com os Ministros da casa, às 9h.

Marchezan acha tese inoportuna.

Brasília — O líder do PDS na Câmara, Nelson Marchezan, considerou, ontem, a convocação de uma Assembleia Constituinte em 1986 — como quer a Oposição — um ponto "sem condições de ser examinado agora". O secretário-geral do PMDB, Affonso Camargo (PR), admitiu que "não houve qualquer tipo de simpatia pela tese da Constituinte", quando o assunto foi tratado na reunião das cúpulas.